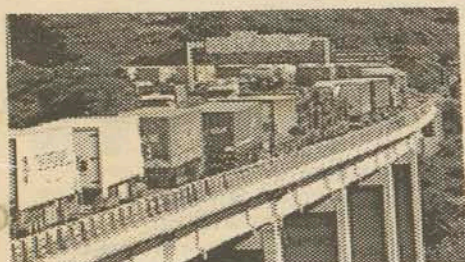


Sábado, em
Florianópolis, às 10
horas,
passeata pró-
impeachment do
governo
Paulo Afonso (veja
mais detalhes na
página 2)



Trabalhadores da Europa, EUA, África e América Latina desafiaram os políticos de seus países iniciando um novo debate sobre o papel do Estado. Acima foto dos caminhoneiros que pararam três países da Europa e abaixo francesa Ironiza caretice de Chirac



NASCE LUTA DE RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

SAIBA MAIS

PREVIDÊNCIA : Volta projeto do governo (página 6)

CELESC e suas ligações perigosas (Tribuna Livre)

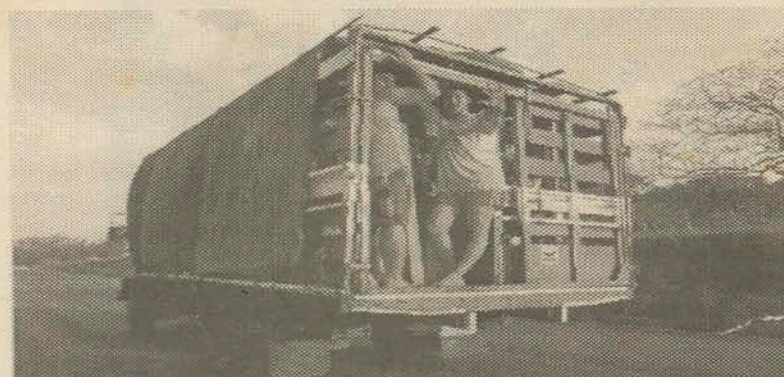


Foto João Schimbeck

Leia matéria sobre a
Arte dos Eletricitários na página 8



COLETIVO DE GÊNERO

Na próxima terça-feira, dia 24, às 18 horas, acontece no auditório do Sinergia mais uma edição do Coletivo de Gênero. As questões que envolvem o homem e a mulher no trabalho, na família e nos outros meios sociais são os temas do coletivo que desta vez contará com a participação das mulheres do movimento negro. Inscrição das 18h 30min às 21 horas, no auditório do sindicato, a oficina "Teatro de Bonecos". A oficina, que será ministrada por Révero Ribeiro, trabalhará os aspectos da confecção de personagens em boneco e sua manipulação utilizando a criatividade individual e coletiva, com base nas linguagens teatral e plástica. O valor das inscrições é R\$ 4,00 para sócios e dependentes e R\$ 16,00 para o público em geral. Vagas limitadas. Informações (048) 224-9114.

TEM JEITO

Prosseguindo os debates com a comunidade catarinense, a Intersindical dos Eletricitários esteve dia 17 de junho conversando com alunos das 7ª e 8ª série do primeiro grau e segundo grau de Angelina, juntamente com os professores daquelas escolas. O tema como sempre é a manutenção da Eletrosul, Celesc, Besc e Casan como empresas públicas. A participação foi excelente e alguns alunos se propuseram a participar da sessão da Câmara de Vereadores daquela cidade, nesta segunda-feira, para reforçar a votação de uma moção contra estas privatizações. Estes mesmos adolescentes participaram três meses atrás de uma enquete sobre a venda da Vale e a maioria se manifestou contra. Para os sindicalistas foi difícil explicar por que, mesmo com a maioria da população contra, a Vale do Rio Doce foi vendida.

PCS

A Intercel solicitou uma reunião do Conselho de Recursos Humanos da Celesc ainda para este mês para decidir sobre os recursos do PCS. A intersindical tem cobrado sistematicamente que se realize a análise dos recursos pendentes do PCS. No entanto até o fechamento desta edição não houve qualquer posicionamento do presidente do CRH, Paulo Tatim, a respeito da reunião.

TEATRO DE BONECOS

Dando continuidade ao projeto de oficinas, o Sinergia promove nos dias 01, 03,, 08, 10, 15 e 17 de julho (terças e quintas), das 18h30 às 21 horas, no auditório do sindicato, a oficina "Teatro de bonecos". A oficina, que será ministrada por Révero Ribeiro, trabalhará os aspectos da confecção de personagens em boneco e sua manipulação utilizando a criatividade individual e coletiva, com base nas linguagens teatral e plástica. O valor é R\$ 4,00 para sócios e dependentes e R\$ 16,00 para público em geral. Vagas limitadas. Informações (048) 224-9114.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scmazzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathyas (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax (048-224-9104)

Até CVM investiga a Invesc

A Celesc, a Invesc e outras dez estatais que emitiram debêntures desde 1993 até dezembro do ano passado estão sendo investigadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para verificar se os recursos arrecadados com a emissão foram realmente aplicados nas finalidades previstas ou não. De acordo com os técnicos da CVM três empresas apresentaram irregularidades. São elas a Enersul do Mato Grosso do Sul, a Cemate, do Mato Grosso e a Santa Catarina Participações e investimentos (Invesc).

A Invesc emitiu em 1º de novembro de 95 o montante de dez mil debêntures não conversíveis, com prazo de vencimento em 31 de outubro de 2000, totalizando R\$ 100 milhões. Como garantia, foram dadas ações da Celesc. Mesmo comprovado o desvio pela Comissão de Valores Mobiliários, um

órgão do Governo Federal, o governo do estado continua dizendo, segundo entrevista ao jornal Diário Catarinense, que nenhum tostão foi desviado e que a aplicação dos recursos foi aprovada pela Assembléia Legislativa.

Se os relatórios desta investigação forem aprovados pelo conselho da CVM, será aberto inquérito para apurar as responsabilidades dos administradores das estatais irregulares. No caso catarinense o responsável pela Invesc é o governo Paulo Afonso, que já insinuou que não tem muita vontade de resgatar estas debêntures, ou seja, vai passar ações da Celesc para cobrir o rombo. Depois do inquérito os administradores podem ser punidos com penas que vão desde o ressarcimento do prejuízo até a inabilitação do administrador responsável por até 20 anos.



O povo na Rua Impeachment Já!

Milhares de assinaturas estão sendo coletadas em Santa Catarina pelos fóruns à favor do impeachment do governo Paulo Afonso. Estes fóruns também estão realizando atos e, assim como na época do impeachment de Collor está crescendo na população a consciência da gravidade dos acontecimentos relacionados aos precatórios. "Independente de partido ou cores ideológicas, todo eleitor tem o direito e dever de votar, e por isto como cidadão consciente também tem o direito de exigir que qualquer governo seja afastado se ele cometeu crime, como comprova a CPI das Letras, explica Dinovaldo Gilioli, di-

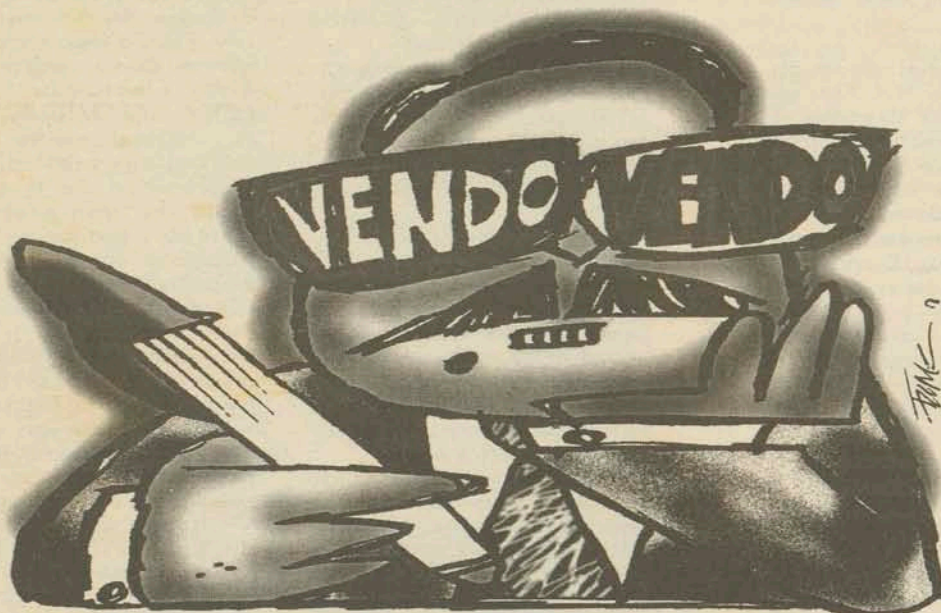
retor do Sinergia, entidade integrante do Fórum Fora Governo Paulo Afonso. O Sinergia convida os eletricitários a irem para a rua neste sábado pelo impeachment. O ato começa, em Florianópolis, com uma concentração na frente da Catedral, às 10 horas, e segue com passeata pelo centro da cidade.

Ontem, quarta-feira foi inaugurado, na Esquina Democrática da capital, o placar do impeachment, onde consta a posição dos 40 deputados estaduais em relação ao processo.

"Enquanto o povo está indo à rua voluntariamente, o governo Paulo Afonso está

convocando seus quadros comissionados, cabos eleitorais e aproveitando mobilizações populares como visitas de grupos de terceira idade para manifestações de apoio ao governador", diz Gilioli. "Muitas destas pessoas sequer sabe que com a negociação das Letras, Paulo Afonso aumentou em 14% a dívida do Estado, pagou R\$ 33 milhões de comissão para um banco e perdeu outros R\$ 86 milhões em descontos. Com isto poderia ter construído 325 escolas, fornecer um milhão e meio de cestas básicas ou assentar 6.618 famílias sem terra. É hora de acabar com isto, temos que defender a moralidade e a ética na política".

Governo não desiste de vender a Celesc



Assim é fácil acabar com bancos estaduais

Enquanto o Banco Central corre contra o tempo (e ninguém sabe porque tanta pressa) para conseguir fechar até dia 30 deste mês, os contratos de financiamento com os governos estaduais que permitirão a privatização dos bancos de estado, o jornalista econômico, Aloysio Biondi, conta em sua coluna publicada semana passada na Folha de São Paulo que o Banespa e Banco do Brasil tiveram seus balanços adulterados a fim de serem vendidos.

Segundo Biondi, as provas de que os anúncios de que o BB e o Banespa estavam quebrados eram falsas foram dadas pelo próprio BNDES: "o Banco do Estado de São Paulo não 'quebrou' em 1994. Sua 'falência', anunciada ruidosamente, foi forjada por Malan, Loyola, Franco, Serra e aliados - com a conivência do governador tucano Mário Covas, óbvio...foi tudo encenação para enganar a opinião pública e levá-la a apoiar a sua privatização". Biondi lembra que, na véspera da posse de Covas, o governo Fleury atrasou em 15 dias o pagamento de uma prestação (R\$ 30 milhões), "valor ridículo quando comparado com o tamanho da dívida de R\$ 5 bilhões". O BNDES só esperava isto para considerar

que o acordo de refinanciamento da dívida estava quebrado e, como consequência, que toda dívida deveria ser considerada como prejuízo. "Isto é deveria ser considerada 'dinheiro' irrecuperável, e, portanto, lançada no balanço do Banespa como prejuízo." E assim o banco foi declarado "quebrado". Só que, quando um cliente não paga sua dívida o BC permite que o atraso chegue até um ano, antes de exigir que a dívida seja lançada como prejuízo no balanço.

O governador Fleury espemeou, entrou na justiça e conseguiu que os balanços do Banespa ficassem suspensos desde 1994. Há 15 dias, porém o Conselho Monetário Nacional, autorizou o Banespa a publicar os balanços dos últimos três anos, sem lançar a dívida do Estado como dinheiro irrecuperável. Desapareceu a 'quebra' do Banespa. "Os balanços de 1995, 1996 e 1997 vão mostrar lucros. A farsa está desmascarada. Qual a semelhança entre o Banco do Brasil e o Banespa? A equipe FHC forjou, com mecanismos iguais, o 'prejuízo recorde' do BB - como já denunciei na época. Ações na Justiça podem restabelecer a verdade".

Mais uma confirmação de que o governo estadual vem mentindo para os trabalhadores da Celesc: num documento expedido dia 16 de maio, o Banco Cidade recomenda a seus investidores "segurar" as ações da empresa por dois motivos. O primeiro, segundo o analista do banco, Carlos Wagner Firetti, é que "o governo estadual pretende privatizar a Celesc... Paulo Afonso está preparando um projeto que será enviado à Assembléia Legislativa permitindo a venda". E, apesar das resistências que encontrará entre os políticos, "consideramos que existe a possibilidade de aprovação do projeto, no segundo semestre de 97... e este processo é irreversível". O segundo motivo apontado pelo Banco Cidade é que a taxa de crescimento do consumo de energia em Santa Catarina está acima da média nacional, com uma projeção de crescimento de 5,6% para os próximos anos. Por isto a taxa de crescimento médio do lucro líquido está prevista para 20,4% ao ano nos próximos três anos. O que é um excelente negócio.

Mesmo sem este tipo de análise, quem já vem afiando os dentes para comprar a Celesc é a Copel, a concessionária de energia paranaense. O governo do Paraná já decidiu que não vai vender a Copel e está montando um consórcio para comprar a Celesc e a Eletrosul. De acordo com o superintendente de Relações com o Mercado, Ricardo Alves Portugal, isto pode acontecer em parceria com grupos internacionais. Ele conta que a Copel só não concorreu para compra de ações da Cemig porque não conseguiu fechar a tempo consórcio com empresas estrangeiras.

Paulo Afonso também tem "vontade" de vender o Besc

Por uma decisão política do governador Paulo Afonso, o Besc deverá ser privatizado. "É uma decisão política e não financeira", explicou o secretário da Fazenda Paulo Prisco Paraíso, ao jornal Gazeta Mercantil, semana passada. E, acrescentou: "na negociação da dívida de SC com o governo federal, no valor de R\$ 1,1 bilhão, não foi preciso utilizar o Besc como parte da garantia de 20% que era exigida para fechar o acordo. O que vamos fazer é oferecer ações da Celesc e da Casan. O resto pode ser completado com imóveis. Especula-se no mercado que uma das instituições interessadas em adquirir o controle do Besc é o Deutsche Bank, da Alemanha.

TCU condena privatizações

O novo escândalo nas privatizações promovidas pelo governo FHC foi descoberto desta vez pelo Tribunal de Contas da União semana passada. Ao divulgar o parecer sobre as contas da União em 96 o TCU relata que 15 estatais estouraram os limites de investimento fixados pelo Orçamento (os investimentos autorizados eram de R\$ 12,8 bilhões mas gastaram R\$ 14,7 bilhões) sendo que a maioria destas estatais estão nos planos de privatização de FHC. Segundo o TCU 53% dos investimentos das estatais se concentraram no setor de comunicações, o próximo na agenda das privatizações. De outro lado o governo gastou somente 2% em investimentos nas áreas de transportes, saúde e saneamento.

O TCU diz que o governo vem gastando mais aportando capital nas empresas a serem privatizadas com o que ganha depois com a venda delas. E citou como exemplos os "ajustes financeiros" da CSN, Cosipa, Açominas e Embraer que consumiram entre 93 e 94 R\$ 3,8 bilhões.

NA ELETROSUL
Embora a privatização ainda não tenha ocorrido na Eletrosul é bom o TCU ir abrindo seus olhos. O jornal O Globo publicou dia 21 de maio o Aviso de Edital - DSU - 022/97, que torna pública a con-



corrência de 46 veículos zero quilometro. Já o Aviso de Edital DSU -024/97, é para anunciar a tomada de preço, entre outros equipamentos, de 14 microcomputadores tipo notebook e 356 unidades de placas de rede padrão NE 2000 que irão se somar às dezenas de microcomputadores recentemente comprados. Tudo muito suspeito, principalmente em função da anunciada venda da empresa.

Na área operacional a situação não é diferente. Como explicar o contrato de Jacui, cuja assinatura está prevista para o próximo dia 30, onde a empresa prestes a ser privatizada se prepara para assinar um contrato de R\$ 6 milhões por mês, durante 20 anos? Como se explica que esta mesma empresa gerencie contratos de fornecimento de carvão e compra de energia (caso de Jacui e da Argentina) de longo prazo?

Para Mauro Passos, diretor do Sinergia, "esta situação agride a racionalidade, a moralidade e a legalidade. Jamais poderemos nos calar diante de tão grande farsa. Temos que trabalhar sempre com a perspectiva de que um dia o quadro político/social e jurídico evolua para que se acabe com a impunidade que é o que sustenta esta atual relação promiscua do dirigente público com o setor privado."

PROPAGANDA ENGANOSA

A Grã-Bretanha é a grande garota propaganda dos neoliberais nos últimos 15 anos. Thatcher vendeu todos bens patrimoniais do Estado - no geral a preço de ocasião e tornou seu país no modelo universalmente aceito sem grandes discussões, sobretudo em países do terceiro mundo. Os conservadores prometeram nesta última campanha (que perderam um mês atrás) deixar o governo sem nada. Iriam privatizar os Correios, o sistema de controle de tráfego aéreo, o metrô e as licenças para telefones celulares. Levaram uma surra nas urnas.

No ano fiscal de 1978-79 os gastos públicos corresponderam a 43% do PIB britânico. A mesma percentagem foi contabilizada em 1995-96. As vendas do patrimônio Público - 22 grandes companhias e outras menores - renderam aos cofres do Estado algo em torno de 128 bilhões de dólares. Neste mesmo período, o petróleo do Mar do Norte rendeu quase o dobro e foi um dos fatores essenciais à sustentação da economia daquele país. A privatização de Thatcher foi terrível concluem os britânicos agora. Foram vendidos monopólios, que

continuaram com o domínio total do mercado, só que agora com os lucros caindo nos bolsos privados. Um exemplo é a empresa de telecomunicações (British Telecom) hoje entre as cinco maiores da Europa. Outras empresas vendidas foram revendidas meses depois com lucros extraordinários que ficaram na carteira de alguns diretores. A Rover, indústria de veículos, foi vendida por Thatcher por 320 milhões de dólares e revendida depois pelos novos donos para a BMW alemã por 1,28 bilhão de dólares. A venda da rede ferroviária mostra como a privatização trouxe além de tudo prejuízos não só para os cofres públicos como para a população. Foram oferecidas franquias operacionais de trechos da rede ferroviárias, mediante concorrência. Mas como as ferrovias eram deficitárias, o acordo de franquia prevê a concessão de subsídios do governo. Os novos donos além de tudo não atenderam os compromissos contratuais, deixando passageiros sem trem. Ao ver que o déficit público continua muitos lembram a situação de uma família em dificuldades que vendeu a casa, o carro, os móveis sem resolver seus problemas.

Funcionários dizem não!

Os funcionários de Furnas, através da sua associação (Asef), conseguiram, por liminar, bloquear na Justiça a transferência dos ativos nucleares de Furnas para a Nuclen. A Constituição Federal proíbe que a área nuclear seja operada pela iniciativa privada e portanto, se a decisão for mantida, Furnas não pode ser privatizada. "Novas medidas judiciais serão tentadas pela entidade (Asef), que considera a transferência dos ativos nucleares inconstitucional e tecnicamente inviável. Além da transferência de 1200 empregados para a Nuclen prevemos demissão em massa", disse o diretor da associação, Agenor de Oliveira, em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil.

O setor elétrico é uma atividade tão rentável que alguns consórcios perdedores que disputavam a execução dos serviços A (avaliação econômico financeira) e B (avaliação, modelagem e venda) entraram com recurso junto à Comissão de Licitação Especial (CLE) do BNDES. Estes consórcios contestam a vitória do grupo J.P. Morgan (tirou nota 10,0) para serviço B e Deutsche Bank (outro que teve a nota 10,0) para o serviço A. Isto vai atrasar o processo de privatização e a Eletrobrás está prevendo que este ano não vai conseguir privatizar nenhuma geradora. O governo federal quer ganhar com a venda de Furnas e Eletrosul cerca de R\$ 8,1 bilhões.

Está sendo esperado para estes dias o relatório da Coopers & Lybrand com a proposta de reestruturação do setor elétrico nacional. O relatório vai apontar quem será o agente financiador do setor elétrico - mesmo depois de privatizado. A Eletrobrás e BNDES disputam esta função que rende por ano R\$ 26 bilhões. E esta disputa tem atrasado a feitura do relatório de reestruturação. Nesta guerra o BNDES pressiona ameaçando pela imprensa com o perigo de blecautes, falta de energia, etc enquanto que a Eletrobrás e o Ministério das Minas e Energia tentam compor alternativas que não reduzam tão drasticamente o papel do Estado na área energética.



O martelo vai bater na Coelba

Dia 31 de julho está programada novamente a venda de mais uma concessionária estadual de energia elétrica. Neste dia está pronto acontece o leilão do controle acionário do governo baiano na Coelba. O preço estabelecido pelo governador Paulo Souto para as ações inclui um deságio de 50% concedidos aos empregados da empresa, aos quais serão oferecidas 5,5% das ações. O valor econômico da empresa foi cotado em R\$ 1,8 bilhão. Os cálculos foram realizados pela Trevisan Consultores e um consórcio liderado pela Kleinwort Benson. Já manifestaram interesse na Coelba a estatal francesa de energia - EDF, a Escelsa, a estatal portuguesa EDP, a Chilectra e o grupo Vicunha, entre outros. No ano passado o BNDES aportou R\$ 135 milhões na Coelba sob a forma de debêntures conversíveis em ações. A Eletrobrás transformou em ações créditos no valor de R\$ 90 milhões e o governo estadual transformou em debêntures conversíveis em ações cerca de R\$ 50 milhões.

Venda de estatais não reduz a dívida pública

Desde que surgiu, em 1991, o PND (Programa Nacional de Desestatização) criado para reduzir o déficit público, não conseguiu nem chegar perto da sua meta. Um levantamento feito pela Trend Consultoria (do ex-ministro da Fazenda Mafson da Nóbrega), divulgado mês passado mostra que nos seis anos de vida do programa o estoque da dívida mobiliária federal foi multiplicado 2,6 vezes e que os gastos com os juros desta dívida cresceram 7 vezes. O PND arrecadou na sua existência R\$ 18,2 bilhões (R\$ 8,3 bilhões em dinheiro e o resto R\$ 9,8 bilhões em moedas podres). Segundo estimativa da Trend o estoque da dívida este ano deverá chegar a R\$ 125,6 bilhões. Só com juros o governo gastará R\$ 29 bilhões.

Em 1991, os juros da dívida consumiram 1,6% do PIB. Em 95, primeiro ano do governo FHC este índice bateu 5,1% do PIB. Ao final do programa teremos torrado empresas estratégicas e os buracos da dívida estarão maiores.

Poucos se apresentam para construir usinas

As empresas eletrointensivas (que consomem grande quantidade de energia para produzir suas mercadorias) não estão interessadas em comprar usinas para produzir energia para consumo próprio. Eles estão reclamando porque queriam além de ter a energia cativa, tirar lucros desta exploração.

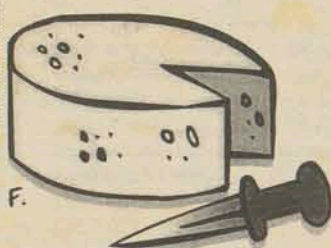
Por isto as licitações abertas pelo DNAEE para construção de usinas hidrelétricas pela iniciativa privada não devem atrair a participação deste segmento. Segundo Geraldo Bosi, presidente da Nova Era Silicon (empresa associada com a Mitsubishi e Kawasaki que produz 45 mil toneladas de ferrosilício por ano, gastando cerca de R\$ 1 milhão em energia por mês), nos moldes propostos, construir usinas não é uma boa iniciativa para os autoprodutores. Cita o exemplo ocorrido com a hidrelétrica de Porto Estrela, em Minas Gerais. Sua empresa integra o consórcio que venceu a licitação, oferecendo como preço de outorga R\$ 30 milhões. "Ganhamos a construção da hidrelétrica a um preço quase igual ao do mercado, o que para a Nova Era, que terá 46% da energia da usina, significará apenas a garantia de fornecimento e não a redução de custos".

Briga pelo Banerj

A venda do Banerj, a exemplo da Vale, está se tornando uma verdadeira novela. O leilão, que estava marcado para esta terça-feira, dia 17, foi adiado para ontem e até o fechamento desta edição não tínhamos o resultado. Havia 20 ações contrárias à privatização do banco mas apenas uma liminar, concedida por um juiz da cidade de Três Rios, colocava a venda em risco. Mas ela foi cassada. O adiamento foi por causa do Senado, que, por falta de quórum na comissão de Assuntos Econômicos, não aprovou o empréstimo da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 2,9 bilhões para o pagamento de todo o passivo trabalhista assumido pelo estado carioca. Se o Banerj não quitar a dívida com todos os seus aposentados a pena será de multa de R\$ 50 mil por dia. O preço mínimo do banco é de R\$ 310 milhões.

O Banerj estava há 18 meses sob a administração terceirizada do Bozano, Simonsen em regime de Administração Especial Temporária. Neste período foi feita a fusão do banco com a distribuidora de valores e a transferência de ativos para o Tesouro estadual, dando origem ao Banerj S.A. Para estar hoje com um caixa de R\$ 2,2 bilhões, foram fechadas 27 agências em todo o país e demitidos 4.565 funcionários.

Preocupação mineira com a Cemig



"Entrar na Cemig com aumento no preço da tarifa seria entrar com o pé esquerdo". A afirmação do presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Stefan Salej, reflete a preocupação de todos que não acreditam que a privatização do setor elétrico seja a solução para manutenção e o crescimento deste mercado. Alguns dias depois do leilão da Cemig (ocorrido em 28/05, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro), os jornais nacionais já falavam que uma das empresas norte americanas que participaram do consórcio que comprou a estatal, estava negociando um aumento de 8% nas tarifas com o Departamento

Nacional de Água e Energia Elétrica. Imediatamente o vice-governador, Walfrido Guia posicionou-se dizendo que em abril deste ano a Cemig já havia aumentado as tarifas e novo reajuste só deve acontecer no ano que vem. Mas esta não é a única preocupação dos mineiros. O presidente da Fiemg teme que os novos donos da Cemig comprem suprimentos e materiais fora do país, o que poderia quebrar este setor da indústria daquele estado além de outras empresas do país que também possam vender produtos para a Cemig. Só em Minas Gerais esta parcela do mercado mantém 35 mil funcionários e fatura cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano. "Esperamos que os americanos não façam uma globalização às avessas, sem compromisso com o mercado brasileiro", diz Salej. Outro receio é com relação à administração da companhia energética, que deverá ser uma gestão compartilhada. O presidente continua o mesmo, Carlos Eloy Guimarães.

Para a vice-presidência será indicado pelo consórcio o atual superintendente do Sebrae de Minas, David Travesso Neto. Ele é engenheiro e não teve passagem pelo setor elétrico, mas é primo do vice-presidente da AES (uma das empresas que compõem o consórcio). As ações da Cemig foram compradas pelo preço mínimo porque só um grupo se interessou. O valor total pago pelos 32,963% das ações com direito a voto foi de R\$ 1,13 bilhão e o consórcio foi formado pelas americanas AES e Southern Electric, pelo fundo de investimentos do Opportunity do qual participa o banco Bradesco. Ainda assim os críticos dos consórcios daquele estado entrou com dois agravos e uma medida cautelar para manter a liminar que suspendia o processo de venda mas foi derrubada pelo Tribunal

Perseguição só faltava essa!

O dirigente sindical Isaltino Pedron denunciou a Celesc por perseguição porque foi transferido de local de trabalho sem motivo aparente. Nesta terça-feira, dia 17, o Ministério Público do Trabalho intimou a empresa e o Sintevi para uma audiência e assim iniciar o procedimento investigatório a respeito das denúncias. Os dois representantes da Celesc tentaram descaracterizar as denúncias alegando motivos técnicos, fundamentado, segundo Décio Moritz do jurídico da empresa, no parecer de que o ato era legal. Moritz apresentou uma carta do administrador regional ao diretório do PMDB de Blumenau com as justificativas pela perseguição.

O Sintevi representado pela assessoria jurídica e seu presidente, fez um relato de toda a trajetória do caso e dos fatos que estão acontecendo na Celesc, alertando

para a necessidade de que estes tipos de atos sejam banidos das relações trabalhistas Celesc/Interecl.

O procurador do trabalho Marcelo Goulart, que procedeu a audiência, alertou os representantes da Celesc que a transferência do funcionário Isaltino Pedron fere o dispositivo da CLT. Além disso determinou à empresa que apresente para análise documentação comprobatória da licitude do ato, bem como relação de todos os funcionários do CMD/Blumenau, área para a qual o empregado foi transferido, com seus respectivos salários. Determinou ainda que a Celesc tem 10 dias úteis para convocar o sindicato e o dirigente atingido para resolver o caso. Caso isso não aconteça o Sintevi deverá, após este prazo, oficiar o descumprimento da determinação do procurador para que este adote as providências cabíveis.

Previdência: é um projeto pior que o outro

O parecer sobre a emenda constitucional que o senador Beni Veras (PSDB-CE) apresentou à Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania desconsiderou todas as alterações feitas pela Câmara dos Deputados e, com isso, resgata o projeto inicial do governo, sendo em alguns pontos ainda mais rigoroso. O parecer do senador cria um fundo mantido principalmente com o dinheiro das privatizações para o pagamento de benefícios diferenciados ao funcionalismo e acelera o processo de desestatização das estatais. A CCJ ainda não discutiu o substitutivo do senador Beni Veras porque o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva por cinco dias por causa do pedido do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) para examinar a questão. Nesse tempo novas emendas ao texto podem ser oferecidas ao relator. Até agora já foram apresentadas 132 propostas de mudanças mas o exame foi adiado.

Em seu relatório, Beni Veras força ainda mais as privatizações afirmando que é urgente a reforma na previdência.

Ele defende a correção do que aponta como 'distorções', como a aposentadoria precoce, a existência de categoria privilegiada, contagem de tempo fictício, desvinculação entre benefícios e contribuições além da forma de cálculo dos benefícios, aposentadorias e pensões.

Veras destaca que o Brasil é um dos poucos países que apontam o sistema de tempo de serviço e o único que permite o retorno do aposentado ao trabalho. Hoje há pouco mais de dois contribuintes para cada aposentado. O relator prevê que dentro de 30 anos haverá um para cada um e depois existirão mais inativos que contribuintes. Veras sugere a criação de um grupo permanente para coletar e produzir informações de caráter analítico para que o Congresso possa adotar a tempo, as medidas para a sustentabilidade financeira da previdência.

Também aponta a criação de um fundo para aposentadorias do regime geral da previdência, incluindo o setor privado. Neste ponto é bastante criticado pelo próprio governo, principalmente pelo ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes. O documento condiciona a

aposentadoria por tempo de contribuição a 60 anos para homens e 55 para mulheres, sendo o benefício só concedido a quem tenha no mínimo 35 anos de contribuição no caso dos homens e 30 se mulher. E a bomba maior: o senador eliminou o prazo de dois anos para que a emenda entrasse em vigor ou seja, o governo terá 180 dias para enviar leis complementares ao Congresso e as entidades vão ter um ano para revisar seus planos de benefícios e serviços. Depois disso o presidente sanciona e passa a vigorar imediatamente.

Para a aprovação, no entanto, serão necessárias duas votações, com os votos favoráveis de três quintos dos senadores ou 48 parlamentares. Se isso acontecer, como o texto de Beni Veras altera a proposta original da Câmara, o projeto terá que ser novamente apreciado pelos deputados, só que, neste caso, em apenas um turno. Todo esse trâmite deve se prolongar por 90 dias, o que significa que a reforma só entraria em vigor por volta de setembro. Todavia o Senado pode aprovar na íntegra o projeto da Câmara e rejeitar o parecer do relator cearense.

tribuna livre

Ligações Perigosas

Olga Leocádia Vieira
diretora do Sinergia

Nestes tempos de globalização fique mais que atento. Até mesmo uma pequena nota na seção internacional de um jornal pode ter alguma coisa a ver com você. Duvida? Pois é verdade.

Outro dia, lendo a Gazeta Mercantil, chamou-me atenção duas pequenas notas na seção internacional.

Ambas tratavam de escândalos financeiros no Japão. Imagine! No Japão! No outro lado do mundo! A primeira noticiava a prisão de quatro altos diretores de um grande banco japonês, o Dai-Ichi Kangyo, sob acusações de envolvimento no escândalo Nomura. A segunda, noticiava o indiciamento da corretora Nomura Securities Company envolvida no escândalo de pagamentos ilegais a estelionatários denominados "sokaya", ligados à Yakusa, a poderosa máfia japonesa.

E aí? O que isto tem a ver comigo? Ou conosco?

Uma notícia na edição do jornal Indústria e Comércio do dia 28/03/95 responde. Lá, entre outros detalhes da viagem do Sr.

Paulo Tatim (na época diretor financeiro) aos Estados Unidos, onde foi tentar captar recursos externos para a Celesc, está uma visita ao Nomura Securities, banco japonês com ramificações em todos os continentes, e que faz parte do mesmo grupo da corretora citada. Outra notícia, desta vez na Gazeta Mercantil do dia 8/4/97, trata com riqueza de detalhes do "escândalo Nomura", denunciado em jornais de todo o mundo já em março de 1992.

Neste planeta globalizado, onde as fronteiras dos países não são mais respeitadas, onde as grandes corporações são quem realmente governam, onde a máfia já é considerada a terceira maior corporação existente no mundo, o que se espera de governantes e dirigentes de empresas públicas é que tenham, além da indispensável lisura no trato da coisa pública, o devido cuidado para não ligar o nome do que é do povo a nomes suspeitos de ligações com o crime organizado.

FNU tem nova diretoria

Um novo estatuto com estrutura mais enxuta, nova diretoria para o triênio 1997-2000 e balanço da gestão passada. Esses foram os feitos do XIV Congresso da Federação Nacional dos Urbanitários, que aconteceu em Brasília na semana passada e contou com mais de 200 delegados de todo o Brasil. Também foi discutido um plano de lutas, que será detalhado no Seminário de Planejamento Estratégico que acontecerá em breve.

Duas chapas concorreram para a direção da FNU. A chapa 1 representou a situação e estava composta pela corrente "Articulação". A outra, representando as demais tendências do movimento sindical urbanitário cutista, foi a apoiada pelos delegados do Sinergia e Sintresc, conforme discussão na Intersul. A chapa 1 obteve 67,84% dos votos e a chapa 2, 31,65%. Após a apuração, conforme critérios da CUT, foi composta uma diretoria na proporção dos votos obtidos por cada chapa.

É uma pouca vergonha!

Conforme acordo coletivo nacional 96/97, até o dia 30 de maio as empresas do Grupo Eletrobrás teriam que apresentar proposta de pagamento do PLR. No dia 16 de maio as empresas entregaram as propostas preliminares de plano de metas, tendo sido posteriormente informadas de que tais planos não foram aprovados pelo SESP/CGE e portanto deverão ser imediatamente reformulados.

É de não acreditar, mas até hoje não foi apresentado o projeto de plano de metas muito menos a proposta de valor a ser pago, num total de respeito aos empregados, que contam com este complemento para aumentar o salário mínimo.

Na linha dos piquetes

Nos últimos 15 dias trabalhadores do mundo inteiro têm se manifestado contra o ataque neoliberal aos seus direitos, no que parece ser um ressurgimento do sindicalismo mundial, visto como a alternativa para o número crescente de desemprego e corte de garantias trabalhistas.

Dia 21 de junho, trabalhadores de todos EUA se encontraram em Detroit para apoiar a greve - que já dura dois anos - dos jornalistas daquela cidade contra seis diários. Enquanto isto já dura oito meses a greve de 4.500 metalúrgicos contra a Wheeling-Pittsburgh Steel. Dia 1º de outubro de 1996 eles cruzaram os braços para impedir corte de direitos, especialmente nas garantias relativas à aposentadoria. "Toda produção da fábrica parou. O prejuízo chega a 150 milhões de dólares. Hoje a estratégia da companhia de dobrar a greve caiu por terra", diz um boletim dos metalúrgicos. Grevistas estão viajando por todo país, falando com sindicalistas, buscando solidariedade e doações financeiras. Dia 30 de junho acontece uma audiência de

reconciliação.

Desde 22 de abril, 5.800 trabalhadores da linha de montagem da General Motors em Pontiac, Michigan, estão parados contra a demissão de 600 colegas e pelo fim da obrigatoriedade de fazerem horas extras. "Nós não vamos voltar às condições de trabalho da década de 30", diz o líder do sindicato, Richard Shoemaker.

Cerca de 4 mil trabalhadores da General Electric realizaram uma passeata na semana passada em Lynn, Massachusetts. Esta foi a última de uma série de ações de 46 mil trabalhadores da companhia, em 14 estados norte-americanos para defender seu direito de trabalho e de sindicalização. A data base destes trabalhadores é 29 de junho.

Na Europa, dia 9 de junho, milhares de camioneiros bloquearam estradas de três países, exigindo melhorias trabalhistas e aposentadoria aos 55 anos. O protesto reuniu trabalhadores desta categoria na França, Espanha, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. Foi a primeira vez que eles fizeram um ato conjunto. No dia seguinte, 10 de junho, mais de 50 mil trabalhadores

de todas categorias protestaram por todo continente europeu, contra a globalização e os sacrifícios para criação da moeda única européia. Todas centrais sindicais estiveram unidas neste dia e na Alemanha, ocorreu a primeira manifestação contra a unificação. Em Bonn cerca de seis mil policiais e bombeiros pararam o trânsito, na frente do gabinete do chanceler Helmut Kohl, num irado protesto deixando claro que não apoiarão a lei para entrada do país na união monetária européia, não apoiarão sua nova investida para privatizar estatais e não apoiarão as pretendidas reformas tributária e da previdência.

Também na semana passada dois milhões de trabalhadores pararam todas cidades da África do Sul por melhores condições de trabalho. Está em votação no Congresso do país uma nova lei que regulamenta as relações trabalhistas. Os trabalhadores querem incluir no projeto a jornada de 40 horas semanais, licença maternidade de seis meses, e o fim do direito patronal de mudar condições de trabalho em nome da "competição".

Hoje, uma pessoa, mesmo sem nunca ter saído da cidade onde nasceu, é capaz de conhecer o mundo inteiro. O fenômeno globalização, que regionaliza o universal e universaliza o regional traz, além do amor, conhecimento através dos meios de comunicação e do livre comércio, outro fenômeno, tão antigo quanto a própria humanidade e cada vez mais cruel: a exclusão social. Isto é o que demonstra o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através de uma pesquisa feita com os 122 países que compõem a Organização Mundial do Comércio. De acordo com o relatório, os benefícios da liberalização do comércio vêm sendo desigualmente distribuídos e não têm contribuído para homogeneizar o desenvolvimento do mundo.

Só para se ter uma idéia, os 44 países menos desenvolvidos, que somam 10% da população mundial, respondiam por 0,3% do comércio do mundo, exatamente a metade do que tinham em 1970, perdendo assim cerca de US\$ 500 bilhões por ano, dez vezes mais do que recebem em ajuda externa. E de acordo com o relatório, a tendência é diminuir cada vez mais. "A globalização desta maneira, pode desembocar numa crise e um exemplo é o México, que está condenado a repetir a situação de 94". A afirmação foi feita por um dos 'papas' da globalização, Francois Chesnais, ex-companheiro de FHC na academia francesa, professor da Universidade de Paris 13, durante o Encontro Nacional de Economia Política, que

aconteceu em São Paulo no final de maio deste ano. Segundo a central de informações sobre desenvolvimento humano do PNUD o crescimento econômico beneficia os ricos porque a renda dos pobres cresceu menos que o Produto Nacional Bruto dos países pesquisados. No caso do Brasil, a taxa de crescimento do PNB de 1971 a 1989 foi de pouco mais de 3% enquanto a taxa de crescimento da renda per capita não chegou a 1%. "A onda atual de liberalização do comércio não está sendo capaz de globalizar os níveis de produtividade e salário", conclui o relatório do PNUD.



Cidadão do mundo?

E NO BRASIL...

Com todo este quadro de exclusão social do mundo, a afirmação séria do Ministro da Fazenda Pedro Malan soa como piada: "É uma bobagem falar que o Brasil teve recessão. Não tivemos, não temos e não teremos". Mas a população, até mesmo os menos esclarecidos, está se conscientizando da situação do país. Pesquisa apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra a crescente desaprovacão ao plano real, prestes a completar três anos no primeiro dia de julho. De acordo com a pesquisa, 73% dos brasileiros entrevistados desaprovam o aumento de R\$ 8,00 no salário mínimo, dos 75% quem não poupa parte do seu salário para despesas futuras, 75% justifica dizendo que não sobra nada para poupar e 71% dos brasileiros entrevistados teme o desemprego. "No mundo desenvolvido o desemprego é o grande problema da virada do século e o Brasil não é exceção", comenta Malan. Enquanto isso, com a implantação da política neoliberal, os

donos privados das estatais, antes de qualquer coisa, reduzem o número de funcionários, que vão se unir à legião de quase 9,5 milhões de desempregados no Brasil (com base nas estatísticas do IBGE e do DIEESE). O desafio da economia é criar mais e melhores empregos", afirma Michel Hansenne, diretor geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Mas enquanto esta não é a preocupação dos governantes e grandes empresários, algumas demonstrações de solidariedade são reconhecidas mundialmente naquilo que seria obrigação do estado em assegurar. O único trecho do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento voltado exclusivamente para o Brasil parabeniza a campanha contra a fome do sociólogo Herbert Souza. Muito mais que mobilizar pessoas em todo o país para sanar a fome, traz de volta o sentimento de humanidade, de respeito e esperança.

A energia da arte



Vilson Coelho

"O povo está carente de sonhos, por isso aprisionar os bons momentos é muito importante. E a fotografia é um convite à fantasia". É assim que Vilson Coelho, funcionário da Celesc há 17 anos, define a importância da arte na sua vida e como ela deveria ser vista por todos. Ele que sempre foi ligado à natureza, a partir de 1988 iniciou na fotografia e em 93 especificamente com áreas preservadas do estado. E nesta busca pelo belo e o aprisionamento das memórias é que Vilson selecionou 20 fotos, compondo a mostra Águas, que esteve exposta no Beira Mar Shopping de Florianópolis e permanece até esta sexta-feira, dia 20, no hall da Celesc/sede. "As Águas de Vilson Coelho são um colírio para os que as contemplam... Domínio técnico e sensibilidade é o que não faltam no momento de disparo do obturador. O resultado são imagens cuja a beleza contagia a alma...", é o que expressa Luiz Cézare Vieira no seu texto de apresentação da mostra, que é composta ainda pelos poemas de outro celesquiano, Paulo Sá Brito. Sobre o poeta, Vieira complementa: "Os poemas de Paulo nos conduzem pelas margens dos regatos, e nos fazem sentir o cheiro da terra úmida, escutar o farfalhar das folhas, a música dos rios, até chegarmos ao pé das fontes onde dormem as águas antes de iniciar o caminho ao mar..."

E a energia da arte contagia ainda outro eletricitário. João Schambeck aproveitou sua viagem de férias para a Costa Rica e, como Vilson, eternizou seus bons momentos através da fotografia. O resultado pôde ser visto na mostra costa Rica e Suas Belezas. Em breve Schambeck agraciará outros eletricitários com a exposição na empresa além de já ter recebido convites para expor em outros locais.

Além do gosto pela arte, estes quatro eletricitários têm outra coisa em comum. Todos participaram das oficinas de poesia e fotografia do Sinergia. "Não somos máquinas. Precisamos de outras atividades prazerosas além do serviço e por isso o apoio que o sindicato dá na área da cultura é muito importante", afirma Vilson Coelho. "É bom que o sindicato continue oferecendo condições aos associados para que aprendam transmitir através da foto (e da poesia), o nosso olhar, nosso sentimento", reforça Schambeck. E se a poesia é o retrato da alma, que sejamos, mesmo que timidamente, eternos poetas...

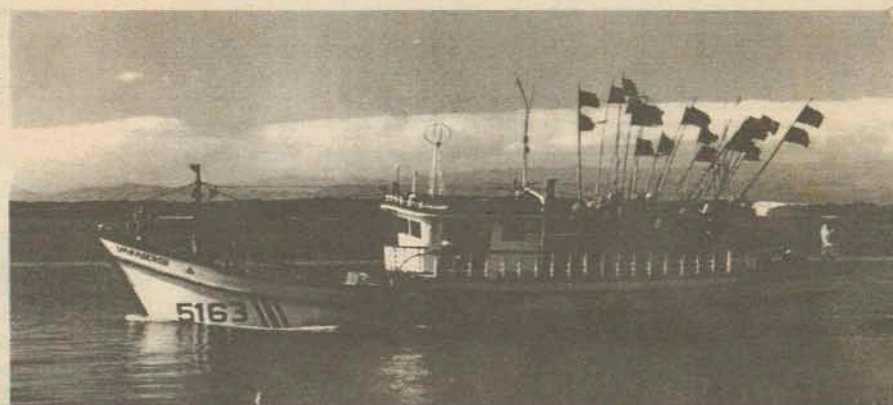
*Não quero despertar!
Quero o sono mais profundo
Embalado na cantiga das águas.
Quero manter-me como as cascatas
Que morrem conservando sua beleza!*

Vilson Coelho



*Água que desperta
Água que refresca
Água que sacia
Ensina-me a envelhecer*

João Schambeck



*Quem me dera a petulância dos meninos,
a ousadia:
saltar sobre teus regatos.*



João Schambeck